

## **Macau nos séculos XIX e XX: o império a oriente**

Maria José de Freitas

### **Abstract**

This article analyses the New Empires in the 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> centuries, motivations and dynamics. The Third Portuguese Empire and its expression in the East, particularly in Macau.

The identification of major political crises that happened in the region, and which concerned mainland China, the first Opium War in 1839-1842, won by the British and the establishment of Hong Kong in 1842. The second Opium War in 1856-1860, also won by the English, and their expansion into the New Territories.

Macau's establishment as "Porto Franco" in 1845, under the administration of Governor Ferreira do Amaral and the progress of the city to the north, with annexation of the islands located in the vicinity, namely: Taipa, Coloane, Lapa, Dom João and Mountain.

World War II and the Japanese occupation between 1941 and 1945, in which the overthrow of Lapa islands, D. João and Mountain happened.

The Chinese Cultural Revolution culminating in the establishment of the PRC in 1949, and analysis of the impact on Macau with social and visible politicians. The 1-2-3 riot.

The year of decline in Macau and the survival of the following 1974 to 1999, views and analyses of the recent developments in consequence of the political agreements signed in 1984, under the slogan "one country two systems" and "Joint Declaration", a decisive impact on the urban city formulation.

### **Introdução**

O imperialismo foi, na sua essência, um “processo de crescente contacto, influência e controlo” (Jerónimo, 2011: 7). Dada a sua importância, a questão do imperialismo

português, nos séculos XIX e XX, será analisada à luz do espírito reinante numa época em que se estavam a forjar os grandes impérios europeus, que se organizavam e “escreviam numa forma abrangente em termos económicos, geopolíticos e religiosos.” (Jerónimo, 2011: 7).

“A expansão imperial é impulsionada por múltiplos processos mais do que por uma ou duas pressões dominantes.” (Porter, 2011: 74). Esta posição contribui para enquadrar o problema e ajuda a ver como em Portugal se escrevia a síntese do Terceiro Império sob os restos da independência do Brasil, ocorrida em 1822. O texto reflete sobre alguns acontecimentos ocorridos na Europa na sequência das convulsões industriais e do despovoamento dos campos, procurando entender as alternativas criadas para fazer esquecer a crise existente, centradas em políticas expansionistas e de conquista de novos mundos.

Segundo Porter “perceber um império requer um conhecimento informado de vários outros.” (Porter, 2011: 69). Daí que este artigo faça uma comparação entre os pensamentos imperiais nos séculos XIX e XX, analisando os casos de Inglaterra e de Portugal, no sentido de determinar a forma como as doutrinas políticas confluíram numa atitude de confrontação com a China, no caso de Inglaterra, e influenciaram as decisões tomadas por alguns governadores portugueses, no caso de Macau (figura 1).

### **Os novos Impérios no séc. XIX e XX: as motivações**

A análise do fim dos impérios terá sempre de pressupor o estudo da sua construção. “Só uma análise que se baseie na *multidisciplinaridade*, na *multicausalidade* e na *multiespacialidade*, dos processos imperialistas poderá acompanhar a natureza variável dos processos imperialistas atendendo, por exemplo, à existência de impérios informais...” (Jerónimo, 2011: 34).

Entre 1860 e 1914 ocorreram situações muito semelhantes em diversos países europeus, estando o imperialismo generalizado, com especial destaque para a Inglaterra, que possuía vastas áreas na África Ocidental e na África do Sul, como também na Austrália e Nova Zelândia, tendo a sua influência chegado à península Árabe e à China. A França também se estendia por África e, no Oriente, chegava à Indochina.

Para a construção do imperialismo europeu terão contribuído causas de ordem

económica, metropolitana e periférica.

### Causas Económicas

O imperialismo está ligado à necessidade de expansão económica a uma escala global, mas provocando, com as suas ações, a intensificação de rivalidades internacionais.

No final do séc. XIX e início do séc. XX é inegável a importância do sistema económico na consolidação do imperialismo, que coincidiu com o crescimento acentuado e com transformações ligadas à industrialização e urbanização, sendo de notar a ênfase dada a fatores de ordem particular. Nesta área os historiadores dizem que o imperialismo serviu três requisitos: constituir um novo e providencial celeiro numa era de crescimento populacional, fornecendo a matéria prima necessária ao desenvolvimento económico. Além disso, as colónias podiam constituir mercados de escoamento de produtos e, finalmente, todo o campo de infraestruturas e habitação necessários nas novas colónias conduziria a uma boa aplicação de capital, sendo mercados de investimento seguro (Darwin, 2015).

### Causas Metropolitanas

#### O prestígio

No caso de Portugal a manutenção e o reforço do Império constituíam uma questão de honra, e a própria monarquia, face aos ataques dos republicanos, tornou a questão da recuperação do império num dos seus objetivos políticos primordiais.

#### O imperialismo de benevolência

A perspetiva benevolente e paternalista foi um dos principais motivos que conduziu ao imperialismo nesta época, por se considerar que a intervenção europeia iria proteger os povos mais fracos. Havia um sentido de missão que concorreu para a erradicação de formas de abuso que estavam a ser praticadas, entre as quais o tráfico de escravos, o trabalho forçado e os contrabandos ilegais de ópio e armamento. Em simultâneo, no início do séc. XIX existia uma noção de superioridade cultural, associada à superioridade racial. Por isso Lorde Salisbury se referia às guerras da conquista como a “espuma da vaga da colonização.” (Porter, 2011: 123).

A partir de meados do séc. XIX sedimentou-se uma mentalidade de “imperialismo do dever”, passando a assumir-se, no dizer de Rudyard Kipling, como “o fardo do Homem Branco.” (Porter, 2011: 121).

Estas noções de prestígio tinham apoio popular e também militar. Os Estados reforçaram o seu poderio bélico, e aumentou a competição intraestatal. As noções de benevolência, dever, superioridade racial, educação e capacidade marcial foram assim associadas à ambição imperial.

### O social e o económico

O imperialismo social traduziu-se no aumento do apoio a políticas reformistas decorrentes de um crescimento desigual provocado pela industrialização crescente: tratar-se-ia de políticas expansionistas para unir a nação, evitando alterações no país (Porter, 2011: 131). Acreditava-se que a expansão abriria novas frentes de desenvolvimento, garantindo prosperidade e estabilidade social.

Nos países europeus o termo “imperialismo social” fazia sentido quando se falava de uma reação das elites políticas forçadas a fazer algo por sentirem que o seu poder tinha sido reduzido devido a transformações sócio económicas. Isto foi patente em Portugal na década de 1890 em que a nova expansão apaziguou descontentamentos e deu novo alento às elites no poder, com a promessa de reduzir o atraso existente.

### Causas Periféricas

Aceita-se hoje em dia que foram grandes as influências periféricas, ou excêntricas, nas expansões imperiais.

As razões determinantes residiam na natureza dessas sociedades locais – na sua estabilidade e capacidade económica, na sua aptidão e disponibilidade para se adaptarem à lenta penetração dos interesses e da influência da Europa, na sua capacidade de assumir e incorporar os modos de organização europeus e a tecnologia europeia. (Porter, 2011: 157)

Em alternativa a um modelo impositivo, começou a desenvolver-se uma noção de interdependência variável entre sociedades e governos, havendo uma contribuição mais repartida e igualitária na definição dos resultados.

O grau de penetração europeia em contextos periféricos variou em função dos desejos da metrópole e também em função da vontade dos locais. Os problemas que surgiam no campo económico eram normalmente resolvidos pelas vias informais. Porém, se as questões fossem de índole política teriam de ser resolvidas de acordo com expedientes mais formais (Porter, 2011: 157).

Porter refere que expansões territoriais não implicavam necessariamente a criação de impérios. Só quando a expansão se revestia de um controlo formal, ou informal, das populações se poderia falar em império, os quais teriam de ser analisados do ponto de vista político, económico e social relativamente às partes envolvidas: europeia e não-europeia.

A instabilidade política europeia na sequência das guerras de 1866 (guerra austro – prussiana) e de 1870 (guerra franco-prussiana) gerou algumas tensões e os Estados passaram a ver a questão imperial como um escape da ebulição existente, num contexto em que nenhuma potência estava em posição dominante.

### **Os novos Impérios no séc. XIX e XX: as dinâmicas.**

Os estados europeus constituíram a força principal que criou o mundo “globalizado” do final do séc. XIX. Os principais fenómenos que ocorreram podem sintetizar-se na criação de uma economia mundial de artigos de luxo e, também, na troca mundial de manufaturas, matérias-primas e géneros alimentícios, com os fluxos relacionados. Foi uma revolução de índole económica que levou à extensão do domínio europeu com a partilha de possessões coloniais em África e no Sudoeste da Ásia, Pacífico Sul e, depois, no Médio Oriente, sendo aí fixadas as estruturas que conduziriam aos estados do mundo contemporâneo (Darwin, 2015).

A Europa lançou-se numa expansão com base em infraestruturas de caminhos de ferro e portos mais seguros. Bancos, lojas, hotéis, clubes e igrejas, constituíam uma rede do império comercial da Europa, permitindo a livre circulação e o acesso a novas clientelas.

O segundo passo foi territorial e seguiu-se a construção de fortes e bases a partir das quais se podiam defender as possessões, ou a coagir, controlando as principais rotas de produtos e mercadorias. Dessa forma o imperialismo territorial teve condições objetivas para avançar. A partir daí tudo passou a desenrolar-se rapidamente e com o aperfeiçoamento

da tecnologia era possível alterar a face existente num dado local, adaptando-a aos costumes europeus, podendo afirmar-se que “a vantagem do imperialismo industrial residia na sua dimensão e velocidade.” (Darwin, 2015: 40).

### **A China, as Guerras do Ópio e os Tratados Desiguais**

Para abordar a questão chinesa temos necessidade de recuar no tempo, e analisar as dinâmicas existentes nos finais do séc. XIX.

A Revolução Eurasiática decorreu entre os anos 50 do séc. XVIII e os anos 30 do séc. XIX. Neste período os europeus conseguiram adquirir meios para avançar e estender o seu poder ao interior dos grandes impérios asiáticos, depois de passada a orla marítima.

“Até meados do séc. XVIII havia um equilíbrio instável entre os Estados e os impérios dos mundos europeu, islâmico e oriental.” (Darwin, 2015: 195).

A revolução Eurasiática provocou uma grande alteração na reorganização dos estados, conduzindo a um império onde “o sol nunca se punha” e a uma hegemonia clara da Europa. A grande conquista imperial foi a Índia, em 1820, o que constituiu o caso mais paradigmático da história moderna. A abertura da Índia foi motivadora para os ingleses, que conseguiram organizar uma forma de colonialismo autossustentado, fomentando os seus crescentes ímpetos imperialistas. As forças militares foram reforçadas e podiam intervir em qualquer parte, de Malta a Xangai (Darwin, 2015: 312).

O que aconteceu na Índia podia acontecer em qualquer parte do mundo e a China passou a estar no centro das atenções, sofrendo uma crescente pressão dos estados europeus para abrir os seus portos ao comércio internacional.

O comércio da China com a Europa fazia-se através de Cantão, de forma controlada, pelos comerciantes chineses “Hong”, mas apenas em determinados períodos. Depois da época das trocas, os estrangeiros eram obrigados a abandonar Cantão e refugiavam-se em Macau, o que abriu grandes perspectivas ao comércio nesta cidade.

O fim do monopólio da Companhia das Índias e o incremento do comércio do ópio – o único produto que os chineses compravam, em troca dos produtos que deixavam sair, como o chá e a prata, sendo o ópio muitas vezes comercializado de forma ilegal –, veio a provocar grandes descontentamentos e desequilíbrios a partir de 1833.

As autoridades chinesas não estavam satisfeitas com a saída da prata e consideravam que o ópio provocava enormes danos à população. Por isso, resolveram restabelecer o controle, afastando os oficiais britânicos e confiscando o ópio ilegal. Tal fato provocou uma reação imediata por parte dos ingleses e, na sequência da 1ª Guerra do Ópio, da qual saíram vitoriosos, foi celebrado, em 1842, o Tratado de Nanquim, o primeiro dos “Tratados Desiguais” (figura 2), que abriu a China ao comércio ocidental, franqueando cinco “portos de tratado” e cedendo a ilha de Hong Kong aos britânicos (Darwin, 2015: 314).

Uma nova guerra ocorreu em 1858: a 2ª Guerra do Ópio, da qual os ocidentais saíram novamente vitoriosos, e que teve como consequência a celebração de um novo Tratado Desigual: o “Tratado de Tientsin”, que consignou a abertura de mais portos chineses ao negócio com os estrangeiros, em conjunto com a concessão de mais terras ao governo de Hong Kong, que passaram a denominar-se “Novos Territórios” (Darwin, 2015: 315).

Na sequência das duas Guerras do Ópio, favoráveis à Inglaterra e aos países ocidentais, foi conseguida a abertura dos portos de Cantão, Amoi, Fuchaw, Xangai e Niampó, e a cedência de terreno para instalação de estabelecimentos comerciais (Calado *et al.*, 1985).

A supremacia da China e a sua inviolabilidade foram minadas e isso gerou um grande descontentamento no povo. Os chineses adquiriram, então, a convicção de que deviam evoluir, fazendo reformas urgentes, avançando no conhecimento, armamento, infraestruturas e comunicações. Os europeus não conseguiram transformar o “império do meio” numa periferia colonial e a verdade é que a China se revelou um mercado mais pequeno e mais difícil do que o da Índia (Darwin, 2015: 315).

Globalmente, nos finais do séc. XIX, após 1880, as fronteiras alargaram-se e fez-se a partilha de zonas que até então tinham escapado à atenção dos colonizadores, especialmente em África, tendo como beneficiários a Grã-Bretanha, a França, a Espanha, a Áustria, Portugal e o Rei Belga. Havia comércio em abundância e circulava capital, a população emigrava e fortalecia-se o espírito da missão cultural e civilizacional da Europa (Darwin, 2015: 343). A hierarquia assim estabelecida funcionou até à segunda guerra mundial. As potenciais imperiais passavam a ser, também, potências comerciais.

O “colonialismo mundial” foi uma construção impressionante. Mas foi erguido à pressa e as suas fundações eram pouco profundas. Ou melhor, o seu equilíbrio dependia de um

conjunto de condições que não podiam permanecer estáveis (Darwin, 2015: 348).

### **Macau e os reflexos do imperialismo**

A partir do séc. XIX, na sequência das Guerras do Ópio e da abertura dos portos da China ao comércio com o Ocidente, Macau sofreu um impacto negativo e passou a ter de se reorganizar em função dos novos dados (figura 3). O comércio estava em queda e os locais socorriam-se de expedientes, em atividades paralelas, mantendo o negócio do ópio e o tráfico de cules - mão de obra escravizada que vinha do continente chinês e era levada para as colónias - o que passou a ser abertamente criticado no território vizinho.

Em alturas de crise a fé cristã servia de refúgio. No campo religioso os colégios continuavam a ensinar a língua portuguesa e o catolicismo, em especial no Colégio de S. Paulo, junto à Igreja do mesmo nome. Depois do grande incêndio ocorrido em 1835, em que o colégio foi destruído pelo fogo, restando apenas a célebre fachada ainda hoje visível, os prelados tiveram alguma dificuldade em reorganizar-se. A criação do Seminário de S. José, com Capela anexa, permitiu-lhes continuar a ministrar conhecimentos teológicos, filosóficos e linguísticos aos sacerdotes que exerciam no Sudeste da Ásia, bem como assegurar a transmissão de conhecimentos à população.

A situação que se vivia em Macau era instável. A liderança dos Britânicos em Hong Kong e a crítica cada vez mais incisiva relativamente ao comércio de produtos condenáveis, como o ópio, era negativa para a cidade. Conjugando essa oposição com a saída das companhias estrangeiras sediadas em Macau o cenário tornou-se bastante negativo. A cidade passou de privilegiada a uma posição de dependência (Calado *et al.*, 1985: 74). Começou a verificar-se a fuga de funcionários para Hong Kong, a nova cidade em desenvolvimento.

Depois deste impacto tão desastroso a cidade procurou recompor-se. Em 1844, Macau autonomizou-se da diocese de Goa, passando a constituir uma província autónoma, em conjunto com Timor e Solor. Em 1845 foi considerada Porto Franco, procurando com isso atrair mais comércio e investimento. Neste contexto, importa referir que as questões imperialistas que, no séc. XIX, instruíam a mentalidade vigente, também encontravam expressão no Governo Português influenciando a política colonial, pois era importante afirmar a soberania de Portugal e, nesse sentido, os governadores, nomeados a partir de Portugal, passaram a ser militares para melhor definirem as estratégias e um rumo para a



cidade (Calado *et al.*, 1985: 75). Em Macau, Ferreira do Amaral, eleito em 1846, foi o primeiro Governador a protagonizar as novas políticas de cariz imperialista (Pinto *et al.*, 2013).

Como medidas principais aboliu o pagamento de foro-de-chão, um tributo pago aos mandarins de Cantão por direitos de ancoragem no porto, e estabeleceu um conjunto de princípios tendentes a uma afirmação de soberania da coroa portuguesa, como seja a expulsão da alfândega chinesa, ao mesmo tempo que começou a estender o território para a zona Norte da cidade, extravasando os limites da muralha existente à época.

Em simultâneo, ocupou as ilhas da Taipa e Coloane, sendo a ilha da Taipa fortificada.

Enquanto isso se passava o Leal Senado, antiga autoridade no controlo da cidade e no relacionamento com os mandarins, viu reduzir-se as suas atribuições, ficando com o estatuto de câmara municipal, sem capacidade de representação diplomática.

Houve uma reação às medidas tomadas por Ferreira do Amaral por parte das autoridades chinesas e por parte do Leal Senado, o que veio a agravar a situação. Como resultado das tensões existentes, o Governador foi assassinado em 1849, junto ao templo de Lin Fong, onde ainda hoje uma pedra brasonada assinala o acontecimento.

Em resposta ao acontecido, as tropas portuguesas avançaram sobre a China, no que ficou conhecido como a “Vitória de Passaleão” e estenderam o território até às Portas do Cerco, abarcando aldeias e campos chineses, aproximando-se do istmo que separa Macau do continente Chinês, estabelecendo aí uma nova fronteira que, em 1871, ficou conhecida por Portas do Cerco (Calado *et al.*, 1985: 76).

Os Governadores seguintes continuaram o trabalho iniciado por Ferreira do Amaral. O Governo foi aumentando o seu poder enquanto se começava a construir e a urbanizar uma nova cidade, segundo os padrões e os modelos da época. Num período de quase 100 anos, entre 1846 e 1940, as estruturas governativas oitocentistas de cariz colonial constituíram a base governativa, tendo perdurado até ao final da administração portuguesa.

Administrativamente a organização com base em concelhos foi alargada às ilhas que passaram a ter órgãos próprios. Instituições como a Misericórdia, Tribunais, Finanças, Repartições Públicas e outros órgãos de soberania, obedeciam a modelos decalcados da metrópole, de modo a articularem uma organização centralizada (Calado *et al.*, 1985: 77).

Em 1869 foi organizado um Serviço de Obras Públicas, no âmbito do Ministério da Marinha, em Portugal, que ajudou a criar um suporte técnico eficaz para as obras a levar a cabo nas colónias (Calado *et al.*, 1985: 87), onde Macau se incluía.

Para as ambições dos nossos Governantes, a cidade de Macau tinha de recuperar muito do prestígio entretanto perdido. Nesse sentido, a questão das estruturas portuárias era fundamental, bem como a abertura de novos portos no litoral da península e das ilhas, pois havia que assegurar a acessibilidade marítima para dar um novo incremento às trocas comerciais. Para apoio à navegação foi instalado, em 1865, um Farol na Fortaleza da Guia. O “Farol da Guia”, possuía tecnologia avançada e foi o primeiro a ser instalado na costa SE da China. Por essa altura foram iniciadas obras de regularização das margens do Porto Interior.

Politicamente, em 1862, foi feito um acordo com a China relativamente a Macau que passou a reconhecer a existência da comunidade chinesa sob soberania portuguesa. Em 1887 estabeleceu-se o estatuto de Macau como possessão portuguesa, mas obrigada a consultar a China relativamente a situações territoriais que afetassem a região.

A soberania sobre as ilhas da Lapa, S. João e Montanha já anteriormente ocupada pelos portugueses, foi excluída desse acordo, ficando Macau com as ilhas da Taipa e Coloane (Calado *et al.*, 1985: 78).

Socialmente, embora a abolição da escravatura tivesse ocorrido no séc. XVIII em Portugal, levou tempo a chegar a Macau e foi, mais uma vez, a pressão britânica, que fez travar esse mercado, mais tarde substituído por recrutamento de mão de obra a preços baixos para as colónias em África, Brasil, América Central e Antilhas. Esse tráfico foi regulamentado em 1856, sendo criada em 1859 a Casa da Superintendência dos Cules.

A ele juntava-se o contrabando do ópio e o comércio do chá para Hong Kong, Cantão, Batávia, Goa e Portugal. O monopólio do jogo, introduzido em 1886, trouxe um aumento de rendimentos para a cidade (Calado *et al.*, 1985: 80).

O início do séc. XX encontrou Macau com algum desafogo económico que levou, em 1905, à elaboração de um plano de saneamento geral da cidade.

## **Macau e a Revolução Cultural Chinesa**

Entretanto, na China vivia-se uma grande instabilidade política que levou à instauração da República em 1911. Nos conflitos internacionais ocorridos na região, Macau manteve sempre um estatuto de neutralidade e, em 1904, foi expressa publicamente a neutralidade no caso da guerra com o Japão, guerra que terminou em 1928 com a assinatura de um tratado entre os dois povos (Calado *et al.*, 1985:80).

Pela posição que assumiu, Macau recebeu muitos chineses expatriados que fugiam dos conflitos, situação que obrigou a planos maciços de realojamento. Surgiu então a necessidade de planos urbanísticos de conjunto e novos aterros para alojamento dos cidadãos e dos chineses que procuravam refúgio na cidade.

## **Uma Nova Urbanidade em Macau**

O primeiro grande projeto urbanístico de relevo, foi levado a cabo por Adolfo Loureiro, engenheiro da Obras Públicas, por volta de 1900 (Calado *et al.*, 1985: 80).

Foi por esta altura equacionada a abertura de um Porto Exterior, para além do Porto Interior já existente, bem como a ligação entre ambos. Foi igualmente equacionada a ideia de realizar novos aterros. Estas situações, parcialmente concretizadas, deixaram escola pois incluíam uma visão de futuro e uma tentativa de restabelecer a dignidade e a vitalidade de Macau.

Em 1913 foram expropriadas casas e barracas para saneamento da cidade. Em 1915 teve início a construção da Av. Almeida Ribeiro, um importante eixo de ligação entre o Porto Exterior, a Sudeste de Macau, e o Porto Interior, a Noroeste. Em 1918 fez-se a ligação dessa avenida com a denominada Avenida da Praia Grande.

O desenho urbano foi-se fazendo pela mão de Governadores que souberam imprimir um cunho novo à cidade. No séc. XX, toda a envolvente da Av. Conselheiro Ferreira de Almeida foi alvo de um tratamento urbanístico exemplar, em que se adotaram conceitos de “urbanização higienista”, visando a infraestruturação e o combate às doenças. Esta ação integrou a rua do Volong, o Bairro de S. Lázaro, o Tap Seac, a Mitra e o Campo da Caixa Escolar (Afonso, 1999). Os novos arruamentos foram batizados com o nome de Governadores Portugueses e ainda hoje assim permanecem (figura 4).

Em simultâneo, assistiu-se à instalação de equipamentos de índole cultural e social, incluindo hospitais e estabelecimentos de ensino que muito contribuíram para elevar a qualidade de vida dos cidadãos. Paralelamente iniciaram-se as obras de reparação portuária. Criada em 1918, a Missão de Melhoramento dos Portos de Macau elaborou um plano de expansão dos portos e deu-se início à construção do Porto Exterior para navios de carreira.

Em termos de imagem urbana, a partir de meados de oitocentos, Hong Kong influenciou decisivamente o desenho dos edifícios, ensaiando o modelo neoclássico na arquitetura, que passou a ter características repetitivas em diversos contextos imperiais (Cunish, 2014). Macau não fugiu a essa regra e foi assim que os novos planos em curso no desenvolvimento da cidade adotaram a linguagem colonialista/imperial no desenho do edificado nos novos arruamentos, correspondentes às novas áreas de expansão urbana da cidade.

A afirmação de uma nova identidade para Macau deve ser entendida no contexto dos movimentos imperialistas que nos finais do séc. XIX e início do séc. XX percorreram toda a Europa. Numa escala mais reduzida, de um pequeno país com possessões ultramarinas e redes comerciais estabelecidas que vinham detrás, com séculos de antecedência relativamente aos restantes países, Portugal não podia ficar indiferente ao movimento imperialista e, à sua maneira, tudo fez para participar nele, jogando os trunfos disponíveis que a rede estabelecida e a longevidade lhe davam nesta zona da Ásia.

A neutralidade de Macau por altura das Grandes Guerras que no séc. XX assolaram o mundo, permitiu-lhe atravessar todas as convulsões sem grandes traumas, acolhendo inúmeros refugiados provenientes dos países circundantes, designadamente da própria China, depois da invasão japonesa.

A denominada Revolução Cultural, ocorrida na China entre 1946 e 1949, que culminou com o estabelecimento da RPC em 1949, teve pouco impacto em Macau, à parte o ter trazido mais refugiados que aí procuraram abrigo, com receio do futuro que os esperaria no continente. Em 1966, o motim conhecido como 1-2-3 provocou algum pânico e situações mais extremadas de alguns patriotas que invadiram a cidade, para estabelecer a RPC em Macau. O motim foi dominado com a ajuda dos poderes coloniais que aí se encontravam. Por essa altura o Governador de Macau prescindiu do título de “ocupação

perpétua da cidade” que lhe havia sido concedido ao abrigo do tratado de 1887.

Na sequência da Revolução Portuguesa, em 25 de abril de 1974, com subsequente autonomia das colónias ultramarinas, foi negociado entre os Governos de Portugal e China um Acordo Político, segundo o lema “Um País Dois Sistemas”, que levou à formulação de Macau como uma Região Administrativa e Especial, consagrada na transferência de soberania ocorrida em 20 de dezembro de 1999.

O mesmo critério foi seguido para a outra potência colonial britânica, Hong Kong, cuja transferência de soberania ocorreu em 1 de julho de 1997.

Macau continuou sob administração Portuguesa até dezembro de 1999 tendo os seus governantes levado a cabo obras que procuravam reforçar a sua autonomia e identidade no Delta do Rio das Pérolas, competindo com Zuhai, a cidade gémea do outro lado do Rio, e o binómio Hong Kong/Shenzhen. Nesse período foram elaborados planos de desenvolvimento com grande impacto, como aquele que foi decidido pelo Governador Carlos Melancia (1987-1990) (Pinto *et al.*, 2013: 472), denominado “Grandes Empreendimentos” que previam a execução de um Porto de Águas Profundas, para navios de grande calado, e um Aeroporto Internacional.

O projeto do porto de águas profundas, por questões relacionadas com o assoreamento do Rio das Pérolas foi abandonado. Mas o Aeroporto Internacional foi concretizado e, de alguma forma, materializou a vontade de Macau estar ligada ao mundo, com autonomia relativamente a Hong Kong (figura 5).

## **Conclusões**

Irmãs no destino, ambas localizadas no delta do Rio das Pérolas, Macau e Hong Kong são duas antigas cidades coloniais, reveladoras de um passado imperial em que a Europa quis dominar o mundo. Estão hoje em dia integradas na China, mantendo a sua identidade e as estruturas que as forjaram, consagrando o passado de modo a que a sua identidade se preserve para o futuro.

Hong Kong mantém a sua capacidade comercial e económica e Macau, com a liberalização do jogo, tem assistido a um desenvolvimento ímpar, carregando como marca cultural o seu passado histórico, hoje reconhecido pela UNESCO como Património da Humanidade. No contexto da Grande Baía, recentemente divulgado pelo Presidente

Chinês Xi Jinping, Macau tem um papel a desempenhar baseado na multiculturalidade que a caracteriza desde a sua fundação (figura 6).

### **Referências bibliográficas**

Afonso, José da Conceição (1999), “Macau: Uma Experiência de Urbanismo Estratégico e Higienista dos Finais do séc. XIX aos começos do séc. XX”, *Revista de Cultura Edição em Português*, 38/39 (II Série), 221-248.

Biblioteca Pública de Macau (2019), “Portal da Biblioteca Pública de Macau”. Página consultada a 19 de Outubro de 2019, em: <http://www.library.gov.mo>.

Calado, Maria; Mendes, Maria Clara; Toussaint, Michel (1985), *Macau-Cidade Memória no Estuário do Rio das Pérolas*. Macau: Edição do Governo de Macau.

Cunich, Peter (2014), *Old Hong Kong*, Hong Kong: FormAsia Books Limited.

Darwin, John (2015), *Ascensão e Queda dos Impérios Globais 1400-2000*. Lisboa: Edições 70.

Jerónimo, Miguel Bandeira (2011), na *Escrita Plural dos Impérios, Introdução de O Imperialismo Europeu (1860-1914)*. Edições 70.

Pinto, Paulo Jorge Sousa; Vale, António Martins do; Silva, Teresa Lopes; Dias, Alfredo Gomes (2013), in Jorge Santos Alves; António Vasconcelos de Saldanha, *Governadores de Macau*. Macau: Livros do Oriente.

Porter, Andrew (2011), *O Imperialismo Europeu (1860-1914)*. Lisboa: Edições 70.

Websites consultados a 05.07.2015

[http://macauantigo.blogspot.com/2013\\_07\\_01\\_archive.html](http://macauantigo.blogspot.com/2013_07_01_archive.html)

## Figuras



**Figura 1:** Mapa Mundo Séc. XIX e XX, com localização de Grã-Bretanha, Portugal, China, Macau e Hong Kong.

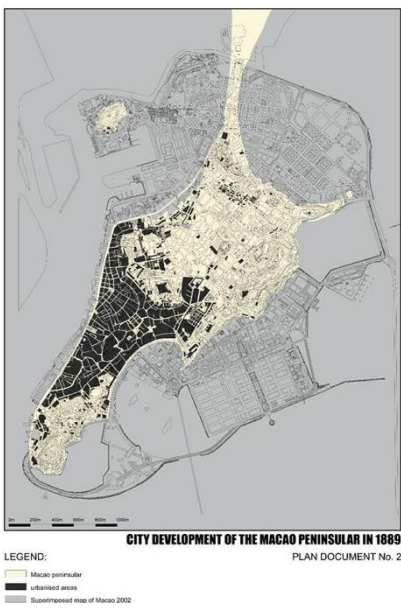


*Assinatura do Tratado de Nanquim, em 1842 (gravura do Capitão John Platt)*

**Figura 2:** Tratado de Nanquim, 1842. Fonte: Biblioteca Pública de Macau (2019)



**Figura 3:** Planta da Península de Macau de António Heitor, 1880. Fonte: Afonso (1999, p. 220).



**Figura 4:** Desenvolvimento Urbano de Macau 1889. Mapa do Instituto Cultural de Macau, 2015





**Figura 5:** Desenvolvimento Urbano de Macau, 1999. Mapa do Instituto Cultural de Macau, 2015



**Figura 6:** Vista aérea de Macau, 2018.